

Geopolítica

ANTÁRTICA

O advento do satélite e das novas tecnologias na construção de navios e aviões trouxe à luz do mundo as grandes possibilidades e reservas que o Continente Antártico poderá proporcionar a quem o conquistar; depósitos petrolíferos, riquezas minerais e vegetais, a vida marinha e o domínio de uma plataforma que controla todo o movimento do Atlântico Sul.

Com a nova concepção do poder mundial, onde vislumbramos a criação de um eixo de interesses norte-sul, é reservado ao Atlântico Sul, ao Continente Sul-Americano, à porção austral da África e à Antártida, um papel importantíssimo na montanha das equações políticas e econômicas, como atores conscientes e ciosos de sua força e direitos.

No próximo ano será revisto o Tratado da Antártida e, até o presente momento, as nações signatárias não chegaram a uma conclusão de como deverá se processar a ocupação daquele continente.

A situação guarda traços de similaridade com a conquista européia do Continente Africano, que também apresenta características próprias que dificultam sua ocupação.

O Brasil tem interesses variados em relação à Antártida e possui uma bem definida posição sobre este assunto.

A OCUPAÇÃO DA ÁFRICA

No início da Era Moderna, os europeus, notadamente os portugueses - mais interessados nos lucros que as especiarias das Índias lhes traziam - tinham na América e África simples pontos de apoio para aguadas ou feitorias para o comércio de retorno.

As dificuldades de penetração impostas pela fisiografia africana, associadas à menor cobiça que despertava junto aos demais europeus, contrastavam então com a rivalidade hispânica na América, a despeito de seu maior afastamento da Europa, colonizada pelos europeus antes da África.

O Continente Africano possui uma costa retilínea: pouco articulada, carece de grandes avanços em direção ao mar. Em função deste fator fisiográfico, é que frequentemente encontramos no litoral africano trechos de até 1.500 quilômetros sem bons portos ou abrigos regulares para embarcações.

Portugueses e espanhóis foram os primeiros povos que perceberam a importância do posicionamento do continente em tela.

No século XVII, os holandeses fundaram a Companhia das Índias Ocidentais e passaram a ocupar pontos estratégicos. França, Itália, Alemanha e Inglaterra, entre os séculos XVI e XVII, fixaram suas políticas africanas.

A abertura do Canal de Suez (1869) trouxe nova dimensão geopolítica ao continente, abrindo as comportas desta feita para a rivalidade franco-britânica. Sucederam-se, então, os conflitos da ocupação leste-oeste de Portugal, que, se, por um lado, não conseguiu ver unidos seus territórios de Angola a Moçambique, em contrapartida presenciou o esboçar do sonho inglês de unir suas terras, desde o Cabo até o Cairo.

Ante o despertar geopolítico da África, era convocada a Conferência de Berlim (15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885). Neste encontro, ficou determinado que não haveria reconhecimento da posse sem a ocupação do território pelo país que reclamasse os direitos de soberania. Esse princípio motivou a corrida geral para a África, e sua conseqüente partilha e efetiva colonização.

A criação da África seria, pois, missão européia, como havia sido da América. Este despertar teria origem numa longa campanha contra a escravatura e o desejo de se fazer alguma coisa para reparar o mal cometido. Por isso, foram os missionários e cientistas os primeiros a seguir para lá.

A OCUPAÇÃO DA ANTÁRTIDA

As primeiras notícias que se têm do continente datam da época dos grandes descobrimentos. Em 1501, Américo Vespúcio, participando de uma expedição portuguesa aos mares do sul, descreve terras situadas a 53 de latitude, não deixando dúvidas que haviam chegado a algum arquipélago subantártico.

Após os portugueses, vieram os espanhóis, atingindo as ditas regiões subantárticas.

No século XVIII, as expedições descobridoras cederam lugar às primeiras expedições científicas à região austral, organizadas pela França e pela Inglaterra e comandadas por John Byron, Louis Antonie de Bougainville e James Cook, entre outros.

Nos anos 1800, a Rússia e os Estados Unidos chegavam à Antártica. Tanto estes, como ingleses e franceses, cada um a seu tempo, nomearam-se descobridores do continente.

Entre 1882/1883, surge, na Austrália-Hungria, a idéia de se estudar as regiões polares no âmbito da cooperação internacional; realiza-se, então, o Ano Polar, ao qual aderiram prontamente 12 nações. Animados com os estudos que se desenvolveram e a boa repercussão do evento, foi marcado um novo Ano Polar entre 1932 / 1933, já com 32 países inscritos.

Nesse ínterim, no ano de 1908, a Inglaterra transforma-se na primeira nação a reivindicar oficialmente territórios no continente gelado; seguem-na Argentina, Chile e alguns outros países, que declaram soberania sobre ilhas subantárticas e demais territórios.

Esta situação conflitante desembocaria na marcação do Ano Geofísico Internacional, em 1957/1958, com a participação de 39 países, dentre os quais o Brasil, e, logo adiante, na convocação de uma conferência internacional para tratar dos assuntos relativos à ocupação e exploração do continente. Como resultado

deste encontro, temos a assinatura do Tratado da Antártida, com data de 01 Dez 59. O documento mencionado representou um fato auspicioso para as relações internacionais, uma vez que o continente foi reservado para a livre investigação científica, dentro do espírito de cooperação e harmonia entre as nações. Das descobertas à ciência e da ciência às partilhas, estas serão as metas cronológicas relacionadas com a Antártida.

A CONFERÊNCIA DE BERLIM E O TRATADO DA ANTARTIDA

A conferência realizada em Berlim, entre 1884 a 1885, reuniu França, Grã-Bretanha, Alemanha e Bélgica para tentar eliminar a crescente rivalidade entre franceses e ingleses, complicada pela entrada em cena da Alemanha e pelas explorações de Sir Henry M. Stanley, no Congo, no período de 1879 a 1884, a serviço do rei Leopoldo II, da Bélgica.

Na assim chamada Conferência de Berlim, ficou concordado que qualquer apropriação de território no litoral africano deveria ser imediatamente comunicada às demais potências, a fim de prevenir possíveis contestações. Ficou ainda acordado que toda potência estabelecida sobre o litoral adquiria direitos sobre o interior, até encontrar uma zona de influência vizinha ou um Estado organizado.

Resolvido desta forma o problema da exploração africana e estando todo o continente repartido politicamente, voltou-se então à ciência, agora com maior intensidade, em direção aos lugares vagos das regiões polares.

Com o maior conhecimento adquirido sobre este Continente, verificou-se a real extensão dos recursos minerais e da fauna

marinha, capazes de abastecer o mundo nos próximos séculos. Isto veio a ocasionar um maior interesse político e econômico pela região (base para o desenvolvimento científico e indiscutível plataforma estratégica), provocando o nascimento de idéias relacionadas com a sua partilha.

Argentina, Austrália, África do Sul, França, Noruega, Grã-Bretanha, Bélgica, Chile, Nova Zelândia e a antiga URSS partilhavam desta teoria; por ocasião do AGI (1957/1958) chegou-se a temer que as pretensões de soberania viessem prejudicar o desenvolvimento das pesquisas científicas antárticas. Daí a sugestão dos E.U.A., no sentido de que as potências mais interessadas celebrassem um acordo sobre o assunto.

Os governos acima citados, mais o do Japão e dos E.U.A., assinaram então em Washington (01 Dez 59), o Tratado da Antártida cujas principais disposições são:

- 1- *utilização da Antártica exclusivamente para fins pacíficos, sendo proibida quaisquer medidas de caráter militar, inclusive testes nucleares;*
- 2- *total liberdade de pesquisa científica;*
- 3- *estabelecimento de um sistema de troca de informações;*
- 4- *os Estados tem Jurisdição exclusiva sobre seus nacionais;*
- 5- *reuniões periódicas para tratar da aplicação do Tratado, aberto a qualquer Estado; e*
- 6- *adoção de soluções pacíficas para as divergências entre as partes contratantes.*

Estabeleceu, finalmente, o Tratado que as partes contratantes deveriam encontrar-se a intervalos regulares para tratar de medidas e iniciativas referentes à região; esses contatos

que vieram a chamar-se de Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (RCTA), têm-se realizado bianualmente, seguindo rotatividade de sedes; constituem-se no foro onde são tomadas decisões concernentes à área do Tratado, ao Sul do paralelo de 60 sul, aí incluídas as banquisas de gelo.

É interessante observar que o Tratado permite a adesão de qualquer membro da ONU, e de outros, com o consentimento de todas as partes consultivas, embora não reconheça aos aderentes o direito automático de participar das decisões das RCTA. As partes contratantes dividem-se em duas categorias: Partes Consultivas, que participam das decisões tomadas sempre por consenso, e Partes Não Consultivas, as quais podem ascender ao nível de consultivas, quando demonstrarem interesse em conduzir pesquisas científicas substanciais na área, assim entendido o envio de expedições e o estabelecimento de estações científicas.

O Brasil foi aceito como parte consultiva em 1983. Além de nosso país, doze outros foram aceitos nessa categoria, elevando o total para vinte e cinco nações.

Sete países reclamam soberania sobre parte do continente austral, baseados em argumentos diversos de ordem histórica e geográfica. Dentre os princípios jurídicos que serviram de base às argumentações, destacam-se o da descoberta, da ocupação, da continuidade territorial, da contigüidade, da confrontação e dos setores. Estes países são chamados de territorialistas.

Foi o não reconhecimento das declarações de soberania dos setes territorialistas que fez nascer uma outra corrente de opinião, defendida pelos países denominados não-territorialistas. Estes propõem o estabelecimento de um regime de

condomínio sem posse efetiva de território, mas cujo acesso ao Clube Antártico estaria restrito aos países signatários do Tratado da Antártica. Tal posicionamento é também conhecido como internacionalismo restrito.

Quando, em 1956, a Índia apresentou proposta à ONU para internacionalização da Antártica, deu origem ao alinhamento de um terceiro grupo de nações, incluindo os países chamados do Terceiro Mundo, e que advogam a tese de que o continente é bem de todos (res comunis) e que deve ser explorado em benefício de toda a humanidade.

O clima e as correntes marinhas da Antártida influenciam as safras agrícolas e a pesca do Brasil

O contido no Artigo Quarto, pedra-de-toque do Tratado, anestesiou a disputa território, competição esta que gerava, no mínimo, uma grave potencialidade de conflito na região.

Ademais, a poliferação da construção de bases e estações científicas, sem levar em consideração os direitos territoriais pelos países ditos territorialistas

O BRASIL E A ANTÁRTIDA:

Apesar de já haver demonstrado interesse pela Antártica na década de 50, apenas em 1975 nosso país aderiu ao Tratado Antártico. Realizamos nossa primeira

expedição entre os anos de 1982/1983 e em 1984, após termos adquirido um navio oceanográfico, estabelecemos nossa primeira base naquele continente.

Nosso país tem convicção de que o conhecimento científico do clima e das correntes marinhas da Antártica tem influência direta sobre nossas safras agrícolas e sobre o aproveitamento econômico de nossa indústria de pesca; daí decorre o nosso interesse em defender a participação e a ocupação daquele continente.

Data de 1962 a primeira participação de oficiais da Marinha do Brasil em expedições chilenas à Antártida.

Em 1975, aderimos ao Tratado Antártico, a partir de gestões conduzidas pelo Ministério da Relações Exteriores (MRE) e sob aprovação do Congresso Nacional.

Neste mesmo ano, um grupo de trabalho interministerial elaborou as bases da Política Nacional para Assuntos Antárticos POLANTAR - com o objetivo de marcar, junto à comunidade internacional, a presença brasileira na região e criar condições para plena participação no Tratado.

Posteriormente, através do Programa Antártica foram lançadas as balizas fundamentais dos diversos interesses científicos e econômicos do país, devidamente detalhados segundo aspectos de meteorologia, física de alta atmosfera, geologia, geofísica e oceanografia, cartografia e aproveitamento dos recursos animais e minerais.

Dentro dos interesses que dividem territorialistas e não-territorialistas, o Brasil prefere não esposar a causa dos países industrializados, uma vez que estes poderiam melhor usufruir de eventuais concessões, por disporem de capacitação tecnológica superior a nossa.

Quanto às pretensões territoriais, não reivindicamos, uma vez que não nos interessa limitar atividades a um território restrito; evitamos declarações críticas neste sentido, entretanto, para não ferir suscetibilidades de argentinos e chilenos.

A travessia aérea pela Antártida reduziria o tempo de vôo entre Buenos Aires e Wellington em 11.400 milhas

O continente é uma fonte notória de riquezas minerais e de fauna marinha. A riqueza mineral, variada, contempla cobre, manganês, ouro, platina, prata, ferro, gás natural e petróleo. A fauna marinha tem exuberante variedade, sendo o krill, elo da cadeia alimentar oceânica, um produto bastante procurado, explorado por russos e japoneses na ordem de 500.000 toneladas/ano.

A prospecção geológica tem mostrado que o continente possui também carvão em grande quantidade e perspectiva da existência de urânio. Finalmente, de grande importância econômica é também o uso das rotas aéreas polares, o que encurtaria as comunicações entre os países da América do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Uma travessia entre Buenos Aires e Wellington passaria de 17.400 milhas para

cerca de 6.000 milhas.

A potencialidade da região decorre de sua privilegiada localização geográfica, na confluência de três oceanos de grande importância para o tráfego marítimo mundial.

Atualmente o estreito de Drake já é rota de superpetroleiros e, eventualmente, de navios-aeródromos norte-americanos. Alguns analistas consideram este Estreito como a Sétima Chave do poder mundial.

Estratégica é também a posição inglesa sobre as Malvinas, assim como o interesse norte-americano junto ao governo da África do Sul, já que as Ilhas ao redor da África são estrategicamente importantes no controle nas rotas de acesso ao continente.

Pesquisas nas áreas de meteorologia, magnetismo, ciências da ionosfera e raios cósmicos têm aplicações militares no campo de comunicações e mísseis balísticos.

A Antártida representaria para o Brasil, o mesmo que o Alasca representa para os EUA

As defesas dos interesses brasileiros estão a cargo da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), sob a presidência do Ministro do MRE, da formulação de uma Política Antártica (POLANTAR) e pelo estabelecimento e

desenvolvimento de um Programa Antártico (PROANTAR).

Consta da nossa política antártica, com influência na estratégia naval, que o Brasil reserva-se o direito de proteger os seus interesses diretos e substanciais naquele continente.

São também evidentes as vantagens militares motivadas pela possibilidade de um melhor conhecimento daquelas áreas estratégicas e a oportunidade de adestramento em teatros de frio intenso, seja por parte da Marinha quer da FAB, além de possibilitar o equacionamento de problemas logísticos para apoio de operações a grandes distâncias do território nacional.

Finalmente, caso haja em 1993 uma revisão do tratado, é do maior interesse que o Governo Brasileiro, coerente com a jurisprudência já existente, propugne pela divisão do continente conforme foi feito no Ártico, quando a tese prevaleceu foi a da defrontação. Por este princípio, nosso país seria aquinhoadado com uma fatia no continente Antártico da ordem de 200.000 km². equivalentes às áreas aproximadas do Ceará e do Rio Grande do Norte reunidos, maior do que o Uruguai e equivalente a cinco vezes o território da Holanda.

Mais do que Ceuta representou para os portugueses durante o périplo africano, indico ou americano, a Antártica representaria para o Brasil aquilo que o Alasca hoje representa para os E.U.A. - uma fonte de riquezas e de grande conteúdo estratégico.